



Lisbon School  
of Economics  
& Management  
Universidade de Lisboa

# **MESTRADO**

**DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

## **TRABALHO FINAL DE MESTRADO**

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO**

**O PAPEL DAS CIDADES E DA COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA  
NA CONCRETIZAÇÃO DO ODS 14**

**MARIANA FRANCO CORREIA**

**OUTUBRO - 2022**



Lisbon School  
of Economics  
& Management  
Universidade de Lisboa

# MESTRADO

## DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

### TRABALHO FINAL DE MESTRADO

#### RELATÓRIO DE ESTÁGIO

#### O PAPEL DAS CIDADES E DA COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA NA CONCRETIZAÇÃO DO ODS 14

MARIANA FRANCO CORREIA

#### **ORIENTAÇÃO:**

LUÍS MAH

PRINCESA PEIXOTO

OUTUBRO - 2022

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, dedico este agradecimento ao meu grupo de trabalho, Anna, Mariana, Patrícia e Vasco, porque mesmo perante a conjuntura pandémica vigente ao longo do mestrado, conseguiram manter-me motivada e transformar esta jornada que se avizinhava solitária numa aventura.

Agradeço também à União de Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), por me possibilitar a realização do estágio sobre o qual decorre o presente relatório, e em particular às minhas orientadoras, Princesa Peixoto e Alda Moreira, não só pela forma como me acolheram no seu local de trabalho e partilharam o seu conhecimento, como também pela cumplicidade, afeto e amizade demonstrados ao longo destes meses. Muito obrigada pela confiança.

Por fim, ao meu professor e orientador Doutor Luís Mah, pela disponibilidade e apoio demonstrados neste longo processo, fundamentais para a conclusão do presente trabalho.

## **RESUMO**

A cooperação descentralizada não só tem assumido um papel relevante na democratização das sociedades e na promoção de metodologias plurais e colaborativas, como tem fortalecido o papel das cidades e contribuído para a construção da sua participação em direção ao protagonismo na Agenda 2030. Paralelamente, e considerando o reconhecimento do Oceano enquanto vetor de desenvolvimento sustentável, este relatório analisa o papel dos governos locais na concretização do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 14 – Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos, com particular enfoque na capitalização da riqueza natural e vantagem geoestratégica dos países de língua oficial portuguesa.

Neste sentido, o presente relatório de estágio, elaborado no âmbito do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional do ISEG, pretende descrever as atividades desenvolvidas na União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), de março a julho de 2022, à luz do enquadramento apresentado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidades; Cooperação Descentralizada; Economia Azul; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Países de Língua Oficial Portuguesa.

## ABSTRACT

Decentralized cooperation has not only assumed a major role in the democratization of societies and promotion of plural and collaborative methodologies but has also strengthened the participation of cities and construction of their leading role towards the 2030 Agenda. Concurrently, and considering the recognition of the Ocean as a vector of sustainable development, this report studies the role of local governments in achieving Sustainable Development Goal (SDG) 14 – Conserve and sustainably use the oceans, seas and marine resources, focusing particularly on how to capitalize the natural wealth and geostrategic advantage of Portuguese-speaking countries.

In this sense, this internship report, written within the scope of the Master's in Development and International Cooperation at ISEG, aims to describe the activities performed at *União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa* (UCCLA), from march to july 2022, considering the framework put forward.

**KEYWORDS:** Cities; Decentralised Cooperation; Blue Economy; Sustainable Development Goals; Portuguese-speaking countries.

## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b> .....	2
<b>2.1. Cooperação Descentralizada e Cooperação Intermunicipal</b> .....	2
2.1.1. Conceptualização.....	2
2.1.2. A CD e as Agendas Globais de Desenvolvimento .....	3
<b>2.2. Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030</b> .....	3
2.2.1. Mudança de paradigma face à Agenda do Milénio .....	3
2.2.2. Implementação da Agenda 2030: desafios e atores.....	5
2.2.3. ODS 14 e ODS 17 .....	7
<b>2.3. Oceano enquanto domínio estratégico do desenvolvimento africano</b> .....	8
<b>2.4 A Cooperação Descentralizada e o ODS 14</b> .....	10
<b>3. ENQUADRAMENTO DO ESTÁGIO</b> .....	13
<b>3.1. UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa</b> .....	13
3.1.1. Enquadramento Histórico .....	13
3.1.2. Estrutura Organizacional .....	14
3.1.3. Objetivos e Fins .....	14
3.1.4. Fontes de Financiamento .....	15
3.1.5. Eixos de Intervenção e Mapeamento de Projetos .....	16
<b>3.2. Atividades Desenvolvidas</b> .....	18
3.2.1. Projeto Solução Participada para Plásticos Marítimos .....	18
3.2.2. Projeto Metamarfose.....	20
3.2.3. Outras atividades .....	23
3.2.4. Reflexões Finais .....	25
<b>4. CONCLUSÃO</b> .....	27
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	28

## **LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 1 – Geminações entre Autarquias Portuguesas e Países de Língua Oficial Portuguesa

FIGURA 2 – Organograma UCCLA

## **GLOSSÁRIO**

- AMPIC – Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário
- ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses
- APETUR – Associação dos Pequenos Empresários de Hotelaria e Turismo
- CAIRIM – Centro de Arqueologia Investigação e Recursos Ilha de Moçambique
- CD – Cooperação Descentralizada
- CIM – Cooperação Intermunicipal
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
- ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- ONG – Organização Não-Governamental
- ONGD – Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento
- UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa
- UE – União Europeia

## 1. INTRODUÇÃO

A adoção da Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030 assinalou uma mudança de paradigma para o desenvolvimento, quer pela natureza e extensão dos objetivos e metas estabelecidos, quer pela primazia conferida às cidades e governos locais para a concretização dos mesmos.

Partindo da premissa de que a valorização e gestão sustentável dos ecossistemas e recursos naturais marinhos constitui um domínio estratégico para o desenvolvimento sustentável africano, em particular para o contexto lusófono, procurar-se-á analisar a importância de explorar as oportunidades e desafios inseridos na órbita do desenvolvimento azul, traduzidos na integração do ODS 14 – Conservar e usar de forma sustentável os oceano, mares e os recursos marinhos, na Agenda 2030. Paralelamente, serão apresentados os argumentos que fundamentam a adoção de uma abordagem plural e multidisciplinar que privilegie o poder de intervenção das cidades, por serem a mais elementar e direta forma de representatividade das comunidades e por se afirmarem como elementos estruturantes no quadro da cooperação descentralizada.

Almejando descrever as atividades desenvolvidas no estágio com base no contexto citado, o presente relatório encontra-se estruturado em duas partes distintas. Em primeiro lugar procede-se ao enquadramento da problemática: apresenta-se brevemente a conceptualização de cooperação descentralizada e intermunicipal, bem como a sua relação com as agendas globais de desenvolvimento; de seguida, faz-se alusão ao novo paradigma de desenvolvimento resultante da adoção da Agenda 2030 e, nesse seguimento, discute-se o papel das cidades à luz das duas agendas; em terceiro lugar, fundamenta-se a importância estratégica do Oceano enquanto vetor de desenvolvimento sustentável e, atenta-se, por fim, às dinâmicas de cooperação descentralizada e ao seu contributo para o ODS 14 no seio da lusofonia. Na segunda parte, referente ao enquadramento do estágio, é inicialmente conduzida uma descrição sucinta da organização, seguida da exposição das atividades realizadas e de uma breve reflexão relativa às competências adquiridas.

## **2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

### **2.1. Cooperação Descentralizada e Cooperação Intermunicipal**

#### *2.1.1. Conceptualização*

No contexto da globalização vigente, a afirmação das diferenças e identidades regionais e locais tem fomentado o aparecimento de novos atores com poder de intervenção perante os desafios globais. Substancia-se, assim, a relevância dos governos locais e municípios no contexto global por serem a mais elementar e direta forma de representatividade das comunidades.

Haftack (2003) sublinha que a conceptualização de ‘Cooperação Descentralizada’ não é consensual embora existam pontos de convergência entre as várias interpretações. Posto isto e, para efeitos do presente relatório, entende-se Cooperação Intermunicipal (CIM) como uma forma de Cooperação Descentralizada (CD) que pressupõe o estabelecimento de relações entre dois ou mais municípios ou entidades equiparadas, de acordo com o sistema de organização administrativo de cada país, sem exclusão do envolvimento de atores não institucionais. A CIM é parte integrante da cooperação internacional e, por essa razão, deve ser entendida como um instrumento de desenvolvimento que requer a concertação e o diálogo institucional entre os vários atores da sociedade, tendo por base os princípios da solidariedade e da subsidiariedade (Afonso, 1998).

Embora possa assumir a forma de protocolo, acordo de cooperação, gemação ou rede, à luz do enquadramento teórico que sustenta o presente trabalho, destacam-se as gemações multilaterais e as redes municipais pela sua crescente importância para o desenvolvimento local. Estas configurações afirmam-se como elementos estruturantes deste quadro de cooperação por adotarem uma abordagem plural, e ao fomentarem o envolvimento de múltiplos intervenientes, de que se revelam as autoridades públicas, o setor privado e a sociedade civil, incitam a criação de ações em sinergia e a emergência de novas práticas de cooperação (Afonso, 1998). São de várias ordens os fatores que motivam o estabelecimento de gemações, entre eles destacam-se as motivações políticas, humanitárias, económicas e técnicas; a proximidade geográfica; as afinidades linguísticas ou culturais; e os laços históricos.

### *2.1.2. A CD e As Agendas Globais de Desenvolvimento*

A partir do final da II Guerra Mundial, a CIM sob a forma de geminações começa a manifestar-se de forma relevante na Europa Ocidental. Porém, “embora tendo sido um produto europeu, as geminações rapidamente se tornaram uma prática comum noutras partes do mundo.” (Afonso, 1998). A partir dos anos 70 assiste-se não só a uma expansão destas configurações, como à diversificação dos laços intermunicipais, agora com origens diversas e graus de proximidade geográfica variáveis. A introdução do conceito de CD, consignado na Convenção de Lomé IV, formalizou-se em 1989 no quadro das relações entre a União Europeia (UE) e os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico), por passar a reconhecer o envolvimento de atores não governamentais na definição e execução das políticas de cooperação para o desenvolvimento, marcando, por essa razão, uma “etapa importante na evolução de uma cooperação quase exclusivamente organizada num modelo Estado a Estado, para uma cooperação mais participativa.” (Alves, 1996).

A CD é oficializada posteriormente em 1998 através do Regulamento nº 1659/98 de 17 de Julho e, em 2000, a assinatura do Acordo de Cotonou vem reforçar a sua dimensão enquanto pilar da promoção do desenvolvimento participativo, fomentando a apropriação das estratégias de desenvolvimento pela sociedade civil e agentes económicos e sociais.

## **2.2. Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030**

### *2.2.1. Mudança de paradigma face à Agenda do Milénio*

A adoção da Agenda 2030 alimentou o debate e promoveu um novo paradigma de desenvolvimento, distanciando-se da agenda precedente quanto ao propósito, à conceptualização e ao processo político que conduziu à sua elaboração. Embora reflita com maior precisão a complexidade dos desafios contemporâneos e a necessidade de adoção de reformas estruturais do modelo económico global, a Agenda 2030 foi considerada por alguns demasiado ampla e pouco coerente (Fukuda-Parr, 2016).

Contrariamente à agenda do milénio, cujos objetivos norteavam o desenvolvimento dos países do Sul com base nas experiências do Norte, a atual agenda

assenta numa lógica de desenvolvimento sustentável global. Assim sendo, rejeita a distinção conceptual entre países ‘desenvolvidos’ e ‘em desenvolvimento’, uma vez que a necessidade de transformação das sociedades é transversal e inclusiva (Biermann et al., 2017).

A conceção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) foi baseada no que pode ser considerada uma visão simplista e reduzida de desenvolvimento. A sua adoção enquadrou discursos e moldou narrativas, porém, demonstrou-se limitada por não traduzir as diferentes prioridades e complexas realidades dos vários contextos, descurando alguns dos desafios globais mais urgentes, nomeadamente: a desigualdade, as alterações climáticas, as migrações e a falta de eficiência das instituições globais perante o contexto de globalização configurado, para nomear alguns. Por oposição, a Agenda 2030, cujo método de elaboração priorizou um processo político de veementes negociações diplomáticas e debates públicos, que envolveram governos e representantes da sociedade civil, conseguiu traduzir eficazmente as múltiplas realidades e preocupações demonstradas pelos diversos atores em 17 objetivos e 169 metas (Biermann et al., 2017; Fukuda-Parr, 2016). Deste modo, transcende em amplitude e complexidade a sua antecedente e revela-se, por simultâneo, mais transformativa, por ambicionar a integração das três esferas: económica, social e ambiental.

Por fim, importa analisar o papel das cidades à luz da agenda do milénio e da sua consecutiva, por se considerar um fator expressivo da mudança de paradigma em estudo. Apesar de se configurarem como um espaço determinante do desenvolvimento económico e social das comunidades, as cidades foram reconhecidas como atores secundários para o alcance dos ODM. No entanto, a proliferação da CD veio ampliar a cooperação e a expansão de redes, favorecendo o relacionamento internacional dos governos locais. Concomitante com os fenómenos de descentralização política, impulsionados pelos desafios da urbanização crescente e da necessidade de maior autonomia e comprometimento no processo de intervenção, as cidades foram construindo a sua participação em direção ao protagonismo na Agenda 2030. Nesta sequência, estes atores assumem-se atualmente não só como implementadores de políticas nacionais e compromissos globais, mas como agentes de promoção de políticas de desenvolvimento sustentável coerentes diante da ampla variedade das suas competências (OCDE, 2018).

### 2.2.2. Implementação da Agenda 2030: desafios e atores

A natureza transformativa dos ODS comporta riscos ao nível da sua implementação resultantes dos processos de simplificação, seleção e adaptação a eles intrínsecos. Considerando a análise de Biermann et al. (2017), é de seguida apresentada uma breve exposição dos mesmos por contribuírem para um melhor entendimento do papel a desempenhar pelas cidades na implementação da atual agenda.

Primeiro, a natureza qualitativa dos objetivos e metas ecoou na adoção de uma linguagem complexa e ambígua, que acabou, contudo, por ser comunicada de forma simplificada. Este processo tem contribuído para a emergência e proliferação de múltiplas interpretações que dificultam o processo de tomada de decisão e operacionalização dos mesmos.

Segundo, importa fazer alusão ao cariz universal da agenda, que se espera adaptável aos diversos contextos, nacionais e locais. Por consequência, a sua amplitude exige uma reflexão atenta sobre quais os objetivos e metas sujeitos a uma maior atenção política e mobilização de recursos, na medida em que este atributo pode conduzir à negligência de objetivos fundamentais para a resolução de problemas estruturais. A natureza transformativa da agenda compele à adoção de um novo modelo de governação, norteado pelos objetivos e metas que a integram, no entanto, importa atentar à isenção de qualquer mecanismo vinculativo, refletido na inexistência de uma obrigação formal de integração das metas nos sistemas legais vigentes, que pode comprometer a sua concretização.

No seu somatório, as singularidades mencionadas sustentam o elevado grau de liberdade concedido aos governos e, é no seio deste contexto que se releva a importância da descentralização de responsabilidades<sup>1</sup> e competências, atribuídas pelos Estados centrais, que conferem às cidades capacidades suficientes para intervir ativamente no seu desenvolvimento. As alterações de ordem internacional, resultantes dos processos da globalização vigente, promoveram o aprofundamento das redes de interdependência<sup>2</sup> dos

---

<sup>1</sup> Para o termo, é entendido como uma transferência de autoridade e responsabilidades por funções públicas do governo central para governos intermediários e locais.

<sup>2</sup> À luz da Teoria da Interdependência Complexa de Keohane & Nye (1988) assume-se, por hipótese, que o aumento da interdependência contribuiu para o reconhecimento da existência de novos atores na política internacional e fomentou novas formas de interação entre as partes.

atores e da necessidade de partilha de responsabilidades, realidade essa que tem contribuído para uma participação crescente da dimensão local na esfera internacional, onde esta assume agora um papel estratégico na cooperação para o desenvolvimento. Em síntese, a adoção da Agenda 2030 assinalou a emergência de um novo paradigma de desenvolvimento onde as cidades assumem um papel de destaque fundamentado pela proximidade e conhecimento profundo das vulnerabilidades e potencialidades dos seus territórios. A título de ilustração, a OCDE (2018) declara que 169 metas estabelecidas na agenda, 65% só poderão ser alcançadas através do trabalho conjunto com as autoridades locais.

O alinhamento da estratégia de desenvolvimento do Município de Cascais com a Agenda 2030 e o trabalho específico que tem desenvolvido no âmbito do ODS 14, motivaram uma análise mais detalhada do contexto. Para tal, entrevistei<sup>3</sup> a Vereadora Joana Pinto Balsemão, responsável pelas políticas de Ambiente, Descarbonização e Cidadania e Participação do município, que voltou a enfatizar o papel a desempenhar pelos governos locais, no entanto, fez a ressalva de que “os desafios contemporâneos que enfrentamos exigem o envolvimento dos vários níveis de governação, local e nacional.”

Na sua continuidade foram apontadas adversidades que merecem destaque neste âmbito, designadamente as limitações financeiras, técnicas e institucionais que, não raras vezes, condicionam o poder de intervenção dos governos locais, não obstante ao protagonismo que assumem. Foram destacados pela Vereadora os desafios inerentes aos processos de contratação pública que, pela sua demora, comprometem a celeridade desejada no processo de tomada de decisão e operacionalização de soluções, e a dificuldade de internalização de novos conhecimentos. Face ao último, o Município tem procurado adotar metodologias participativas para o processo de elaboração de políticas ambientais e planos estratégicos de ação, que, orientados pela visão de que a “política deve ser baseada em ciência”, se pautam pela multidisciplinariedade e pluralidade de atores. Ao fomentarem o intercâmbio e internalização de novos conhecimentos, esta abordagem demonstra a transversalidade das problemáticas e fortalece o sentido de apropriação dos múltiplos atores. Importa referir que aos desafios elencados acresce ainda a fragmentação decorrente dos processos de descentralização que se pode refletir não só

---

<sup>3</sup> Entrevista telefónica realizada no dia 07 de setembro de 2022.

na falta de articulação e coerência das políticas implementadas, como na dificuldade de monitorização e avaliação das mesmas.

### *2.2.3. ODS 14 e ODS 17*

Para efeitos do presente trabalho e considerando a natureza interdependente dos ODS, atenta-se à potencial contribuição do ODS 14 - Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos e do ODS 17 - Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, para a concretização da Agenda 2030.

O reconhecimento da importância da preservação e valorização do Oceano e do seu papel enquanto vetor de desenvolvimento sustentável, alicerçado nos diversos serviços prestados pelos ecossistemas marinhos (culturais, de provisão, regulação e suporte), veio dar relevo e visibilidade às questões relacionadas com a sua conservação. Os desafios particulares deste contexto, como sejam: a sobre-exploração de recursos marinhos; a degradação dos ecossistemas e o conseqüente declínio da sua biodiversidade; e a ocorrência, cada vez mais frequente, de fenómenos meteorológicos extremos que se repercutem negativamente na qualidade de vida das comunidades costeiras; são exacerbados pelos efeitos adversos das alterações climáticas e exigem uma resposta urgente e concertada. O Oceano é, pela sua natureza, um espaço de cooperação, partilha e utilização comum e, como tal, a sua defesa beneficia amplamente da adoção de uma abordagem multissetorial e do envolvimento de múltiplos atores, com respeito pelos diferentes contextos e motivações.

Segundo Hardin (1968) a utilização de bens comuns é tendencialmente baseada em decisões individuais que conduzem à destruição dos seus recursos por ignorar as externalidades negativas que impactam o coletivo. Assim, com base nesta premissa, defendeu que a gestão sustentável destes bens exige a privatização dos mesmos ou uma crescente intervenção do Estado. No entanto, perante a identificação de falhas na aplicação destes mecanismos em determinadas instâncias, o trabalho de Ostrom et al. (1999) defendeu a existência de abordagens alternativas, enfatizando a importância da diversidade e da cooperação institucional entre os diversos níveis (internacional, nacional, regional e local) como vetores determinantes na gestão sustentável destes recursos.

A diversidade cultural traduzida na multiplicidade de motivações e interesses; a complexidade decorrente das interações entre ecossistemas; a imprevisível evolução da conjuntura global; e a unanimidade exigida na esfera política e legal são apontadas por Ostrom et al. (1999) como algumas das variáveis que prevalecem e condicionam a intervenção neste domínio. Pelo exposto, reitera-se a ideia de que a mitigação dos desafios referidos exige a adoção de um novo modelo de governação global firmado numa abordagem transversal e integrada, consonante com o imperativo da intersectorialidade e pluralidade de atores. No contexto da atual agenda, a necessidade de adoção de reformas institucionais e metodologias colaborativas foram afirmadas pela inclusão de um objetivo específico - ODS 17, que almeja a coerência das políticas e o reforço das parcerias globais multissetoriais, particularmente relevantes para o presente trabalho.

### **2.3. Oceano enquanto domínio estratégico do desenvolvimento africano**

Partindo da premissa de que a exploração e utilização sustentáveis dos ecossistemas e recursos naturais marinhos são essenciais para o sucesso da transformação estrutural africana e para o conseqüente desenvolvimento económico e social do continente, sublinha-se a importância de explorar as oportunidades e desafios inseridos na âmbito do desenvolvimento azul, e reconhece-se o protagonismo que o continente deve assumir no comando do vasto potencial do Oceano de forma a alavancar as suas economias.

Fruto do reconhecimento do Oceano enquanto meio de subsistência advém o entendimento de Economia Azul como ferramenta auxiliar na construção de resiliência e diversificação económica dos países, particularmente relevante nos pequenos estados insulares em desenvolvimento, bem como parte integrante do tecido cultural, social e geoestratégico do continente africano (Lopes, 2020). Foi perante este enquadramento, e atendendo ao potencial contributo dos recursos naturais marinhos para o desenvolvimento inclusivo e sustentável do continente, que a União Africana designou a Economia Azul como a “Nova Fronteira do Renascimento Africano.” (Akpomera, 2020; Lopes, 2020; Rustomjee, 2018; Sacko, 2020).

Contudo, embora a riqueza da biodiversidade e a vantagem geoestratégica sejam dimensões que África deve procurar capitalizar, destacam-se algumas limitações técnicas, institucionais, financeiras e regulamentares que dificultam a concretização destas faculdades (Gilau & Failler, 2020). Devido à natureza variada das mesmas, as medidas a adotar exigem a adoção de uma abordagem plural e multidisciplinar e a cooperação entre os vários atores e instituições envolvidos.

Até hoje, África tem-se posicionado como uma fonte exportadora de matérias-primas, posição essa, favorecida em parte pelas limitações ao nível da infraestrutura energética que impossibilitam o processo de industrialização e impedem, por conseguinte, a inserção do continente nas cadeias de valor acrescentado. As repercussões desta estratégia económica refletem-se negativamente sobre as populações e comunidades locais, que, não só dependem dos recursos para a sua subsistência e têm assistido à degradação e destruição dos ecossistemas que os comportam, como, por acréscimo, pouco ou nada têm beneficiado da riqueza bruta do continente (Akpomera, 2020).

Para que o desfecho seja diferente do que se verifica com a exploração dos recursos naturais terrestres, é impreterível que África assuma o comando do vasto potencial dos seus ecossistemas marinhos e costeiros de forma a concretizar as potencialidades antecipadas. Para tal, é necessária a adoção de uma postura estratégica mais informada ao nível das negociações, que culmine na articulação de uma política unificada em relação ao papel da Economia Azul para o desenvolvimento económico e social do continente (Lopes, 2020). Em última análise, perspetiva-se que a implementação de políticas coordenadas entre os vários governos, bem como a reivindicação do seu papel de liderança no processo de negociação com as demais partes envolvidas, evite a contínua subordinação dos seus interesses estratégicos e comerciais aos de outros (Lopes, 2020; Sacko, 2020).

Esta estratégia, com enfoque na capitalização da riqueza natural e vantagem geoestratégica africana, insere-se num objetivo maior de proliferação da narrativa africana e aprofundamento da relação entre África e a comunidade global, na qual a primeira tem de assumir um protagonismo crescente.

## 2.4 A Cooperação Descentralizada e o ODS 14

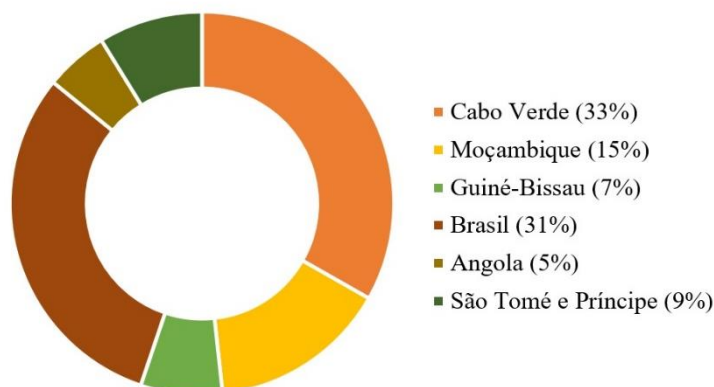
A concretização efetiva dos objetivos instituídos e a consequente melhoria da qualidade de vida das populações, depende, em grande parte, das redes de cooperação e parcerias globais estabelecidas. Pelo exposto e atentando à relevância que a CD tem assumido na democratização das sociedades e promoção de metodologias plurais e colaborativas, conclui-se que a concretização da Agenda 2030, nomeadamente do ODS 14, por se revelar um domínio estratégico para o desenvolvimento sustentável da comunidade lusófona, pode beneficiar amplamente da adoção da CIM enquanto instrumento de desenvolvimento. Assim sendo, defende-se a implementação de uma estratégia sustentada nas políticas de desenvolvimento em vigor nos diversos contextos, mas assente numa visão comum de união pela lusofonia, sem prejuízo das diversas realidades económicas, sociais e geográficas que os caracterizam.

A título de ilustração das considerações adiantadas, apresentam-se não só alguns dados relativos às geminações e acordos de cooperação estabelecidos entre as autarquias portuguesas e os países de língua oficial portuguesa, com particular enfoque nos trabalhos desenvolvidos pelo Município de Cascais, como se apontam, por acréscimo, algumas iniciativas conduzidas pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) neste domínio.

A CD revela-se um instrumento essencial face aos desafios prementes da globalização por facultar o intercâmbio de experiências e conhecimentos e a formação de solidariedades estratégicas. No entanto, importa mencionar que muitas das geminações estabelecidas ao longo das últimas décadas encontram-se atualmente inativas pela diluição das relações entre as partes. Frequentemente, esta diluição advém das diferenças políticas entre os municípios que acabam por ditar o enfraquecimento dos compromissos.

De acordo com os últimos dados disponibilizados pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), das 1088 geminações estabelecidas pelas autarquias portuguesas, 348 dizem respeito a países de língua oficial portuguesa (Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau, Brasil, Angola e São Tomé e Príncipe), o que corresponde a 32% do total. Para efeitos do presente trabalho, encontra-se abaixo uma representação da distribuição dessas geminações por país.

FIGURA 1 – Geminções entre Autarquias Portuguesas e Países de Língua Oficial Portuguesa



Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizada pela ANMP<sup>4</sup>

A disponibilização limitada de informação relativa à natureza e aos objetivos estratégicos que motivaram essas geminções, não me permite apresentar conclusões sobre a integração do ODS 14 e o seu papel no estabelecimento destas relações.

No entanto, procurou analisar-se com mais detalhe o caso particular do Município de Cascais, quer pelo alinhamento da sua estratégia de desenvolvimento com a Agenda 2030, quer pelo trabalho específico que tem desenvolvido no âmbito do ODS 14. Cascais é atualmente geminado com 18 cidades<sup>5</sup>, 6 das quais de língua portuguesa<sup>6</sup>, e tem atualmente acordos de cooperação com Santa Catarina (Cabo Verde), Maputo (Moçambique) e Ilha do Príncipe (São Tomé e Príncipe). O último destaca-se por pretender estabelecer as bases e as modalidades de cooperação e intercâmbio que visam aprofundar, diversificar e formalizar as relações em matéria de ambiente.

Entre os projetos e políticas ambientais implementadas pelo Município, a Vereadora Joana Pinto Balsemão destacou o projeto da reflorestação do fundo marinho de Cascais, pois embora contribua diretamente para o ODS 14 repercute-se positivamente

<sup>4</sup>Disponível em: <https://www.anmp.pt/anmp/pro/mun1/gem10110.php>. Consulta a 05 de outubro de 2022.

<sup>5</sup>Dados disponibilizados pela Câmara Municipal de Cascais em: <https://www.cascais.pt/sub-area/geminacoes-0>. Consulta a 05 de outubro de 2022.

<sup>6</sup>Brasil (3) – Campinas, Guarujá e Vitoria; Cabo Verde (1) – Sal; Moçambique (1) – Xai-Xai; e São Tomé e Príncipe (1) – Santana.

em outros vários, ilustrando a natureza interdependente dos ODS e a necessidade de envolvimento de múltiplos atores. Prevê-se ainda que o projeto contribua para alavancar a economia local não só através da criação de emprego, como através da emergência e proliferação de novos setores, como por exemplo a biotecnologia azul, cujo impacto se antecipa expressivo tanto na indústria alimentar como agrícola.

Foi também mencionado, ainda que sucintamente por se encontrar em fase de desenvolvimento, um projeto destinado à criação de uma Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário (AMPIC) que se materializará através de um protocolo com a Fundação Oceano Azul e os Municípios de Sintra e Mafra, por encerrarem valores naturais marinhos de grande interesse em toda a sua zona costeira. Este exemplo demonstra de que forma a CIM pode beneficiar os trabalhos em prol da concretização da Agenda 2030, designadamente do ODS 14.

Por último, releva-se o trabalho desenvolvido pela CPLP nesta área, pois embora transcenda a esfera da CIM, tem privilegiado uma ação multilateral entre os vários Estados-membros da comunidade. Fruto do reconhecimento da importância do Oceano e considerando as vastas áreas oceânicas sob as respetivas jurisdições dos estados, que perfazem no seu conjunto mais de 7,5 milhões de km<sup>2</sup>, foi determinada pela Resolução do Conselho de Ministros, realizada a 2 de novembro de 2007, a “concertação de esforços entre os países da CPLP no sentido da elaboração de uma visão integrada, com vista a promover o desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos sob as suas respetivas jurisdições nacionais, inclusive por meio da cooperação internacional”. Este, resultou na posterior aprovação, em março de 2010, de uma estratégia conjunta, a Estratégia da CPLP para os Oceanos, pela I Reunião de Ministros dos Assuntos do Mar, realizada em Oeiras, que surge como uma ferramenta de consolidação de objetivos comuns.

Na sequência dos trabalhos desenvolvidos neste domínio elencam-se as demais iniciativas: Criação do Centro de Estudos Marítimos da CPLP; Atlas das Zonas Costeiras e Oceânicas dos Países da CPLP; Extensão da plataforma continental e projetos associados; Projeção Internacional da CPLP através dos Oceanos; Desenvolvimento de Clusters Marítimos; e o Portal da CPLP para os Assuntos da Mar.

Foi, com base no enquadramento teórico apresentado, que procurámos beneficiar da natureza institucional da UCCLA, descrita no capítulo sucessor, e desenvolver um

projeto multilateral relevante, considerando as oportunidades e desafios da conjuntura atual. Deste modo, e pelas razões aludidas ao longo do capítulo, priorizou-se o poder de intervenção local e a partilha de experiências entre os vários municípios, procurando aprofundar o conhecimento e o interesse mútuo nestas temáticas, consolidado nos laços históricos e culturais que os unem.

### **3. ENQUADRAMENTO DO ESTÁGIO**

#### **3.1. UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa**

##### *3.1.1. Enquadramento Histórico*

A União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas, comumente designada por União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), é uma associação intermunicipal de natureza internacional de direito privado, sem fins lucrativos e utilidade pública, criada a 28 de junho de 1985. Assinaram o ato de fundação as cidades de Bissau (Guiné-Bissau), Lisboa (Portugal), Luanda (Angola), Macau (China), Maputo (Moçambique), Praia (Cabo Verde), Rio de Janeiro (Brasil) e São Tomé/Água Grande (São Tomé e Príncipe).

Enquanto associação de cidades capitais, representante de uma pluralidade de povos e culturas, a UCCLA tem sido palco de frutuosa e intensa ação de intercâmbio e cooperação entre as mesmas, assumindo a missão de contribuir para o desenvolvimento económico, social e ambiental e, conseqüentemente, para o bem-estar das suas populações. Atenta às necessidades reais das cidades capitais associadas, foi não só precursora da CPLP como a primeira instituição de parceria público-privada votada à cooperação para o desenvolvimento no seio da lusofonia.

Representa atualmente uma união de 88 cidades e empresas membro, das quais 32 são membros apoiantes, 27 associados, 23 efetivos e 6 observadores<sup>7</sup>.

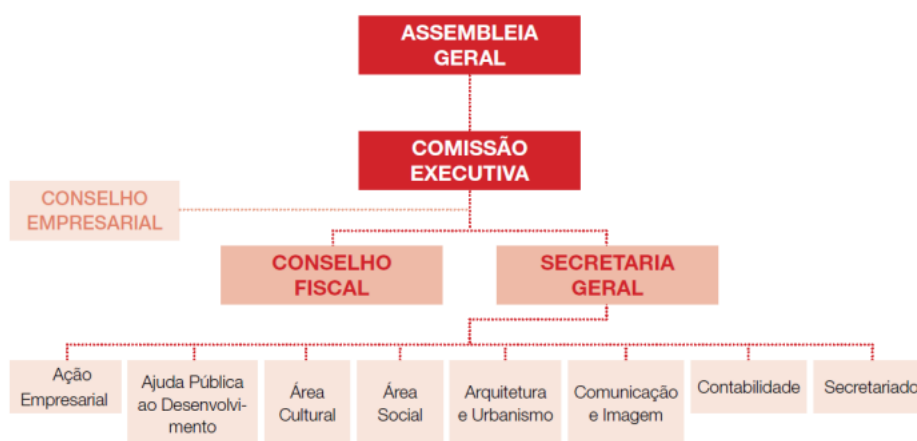
---

<sup>7</sup> As diferentes tipologias e respetivos direitos e deveres das cidades e empresas membro estão dispostas nos art.º 5º, 6º e 7º, respetivamente, do capítulo II dos Estatutos aprovados na XXXIV Assembleia Geral realizada no Palácio da Cidadela de Cascais no dia 04 de maio de 2018.

### 3.1.2. Estrutura Organizacional

Decorrente da leitura do organograma institucional, de seguida representado, é possível identificar os diferentes Órgãos Sociais que integram a União, cuja composição e respetivas funções estão dispostas no capítulo III dos Estatutos, assim como os oito departamentos adstritos à Secretaria-Geral. O estágio realizado decorreu no departamento da Área Social cujo trabalho se reflete em diversos contextos e, na sua maioria, mas não exclusivamente, no setor da Educação, onde se procura defender e comunicar a existência pluricultural e a diversidade patrimonial e linguística dos mesmos.

FIGURA 1 – Organograma da UCCLA



Fonte: Relatório de Atividades e Contas 2020 da UCCLA

Neste seguimento, e após observação direta e posterior reflexão, identifiquei algumas lacunas ao nível da cooperação interna da organização que se repercutem na apresentação e gestão de projetos por departamento. Na minha opinião, os impactos gerados poderiam ser potenciados através da apresentação de soluções plurais que, pela sua natureza, exigem o envolvimento coordenado e estratégico das várias divisões, assente numa ótica de complementaridade técnica e valorização de conhecimentos.

### 3.1.3. Objetivos e Fins

No quadro das gemações entre cidades e dinâmicas de cooperação descentralizada, a ação da UCCLA incide, maioritariamente, na cooperação para o

desenvolvimento e cidadania global e no reforço institucional das cidades membro em setores prioritários de desenvolvimento local, como sejam: saúde e educação; cultura; infraestrutura, saneamento e ambiente; reabilitação e património; e formação empresarial e autárquica. O seu principal objetivo é fomentar o entendimento e a cooperação entre os seus municípios membro não só através do intercâmbio cultural, científico e tecnológico, como através da criação de oportunidades económicas e sociais.

Para a prossecução dos objetivos supra mencionados, constituem fins da União, como disposto no art.º 4º dos Estatutos: fomentar os vínculos, relações e intercâmbios de todo o tipo entre as cidades membro, outras autarquias dos países de língua oficial portuguesa e comunidades lusófonas; promover o desenvolvimento de iniciativas económicas, comerciais e industriais pelas empresas com as cidades membro; promover o desenvolvimento harmónico equilibrado das cidades, procurando a solidariedade e cooperação entre as mesmas, especialmente através de geminações e acordos; organizar encontros e atividades que sirvam para o intercâmbio efetivo de conhecimento e experiências em todos os sectores, designadamente, o económico, o cultural, o técnico-profissional e o turístico; e incrementar as relações entre a União, os seus membros e as cidades com relevante componente histórico-cultural de raiz lusófona.

Assim, fruto da análise dos objetivos elencados e da reflexão relativas às metodologias de trabalho adotadas para a prossecução dos mesmos, creio que seria profícua a definição objetiva de um plano estratégico de intervenção e de um plano de atividades anual, bem como dos métodos avaliativos do trabalho desenvolvido. Embora seja elaborado anualmente um relatório descritivo das atividades desenvolvidas e relatórios de contas e auditoria, este carece, na minha opinião, de um processo avaliativo que permita alavancar os resultados da organização.

#### *3.1.4. Fontes de Financiamento*

O atual quadro de financiamento da UCCLA depende, na sua maioria, do apoio financeiro das cidades e empresas membro, como disposto no art.º 27º dos Estatutos.

Com o intuito de diversificar as fontes de financiamento e de modo a colmatar a impossibilidade de concorrer a fontes de financiamento externo e fundos internacionais de cooperação devido à sua natureza institucional, foi criada em 1999 a URB-África –

Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento Urbano (ONGD). Esta, visa a “promoção da cooperação para o desenvolvimento das cidades pertencentes aos países de expressão portuguesa através de programas e projetos de índole social, cultural, cívica, económica e ambiental.”

Neste quadro, destacam-se as linhas de cofinanciamento de projetos de cooperação para o desenvolvimento do Camões I.P. - Instituto da Cooperação e da Língua. De acordo com o histórico de resultados publicados foram já cofinanciados múltiplos projetos submetidos pela URB-África em diferentes países e setores. Destaca-se no âmbito do estágio realizado o projeto Solução Participada para Plásticos Marítimos, aprovado em 2020 no setor do Ambiente, Crescimento Verde e Energia, atualmente na fase II de execução na Ilha de Moçambique.

### *3.1.5. Eixos de Intervenção e Mapeamento de Projetos*

A União atua, na sua maioria, em torno de três eixos de intervenção: institucional e empresarial; cultural; e o eixo da cooperação.

O primeiro, diz respeito a atividades que visam a afirmação e promoção internacional das cidades e empresas membro, bem como o fortalecimento das relações entre as mesmas com outras instituições parceiras. Este eixo materializa-se através da realização de missivas de solidariedade, visitas e reuniões institucionais e representações da União em eventos e comemorações externas.

De seguida, destaca-se o pilar cultural que engloba os conteúdos produzidos e eventos desenvolvidos com vista à promoção das várias identidades dos países de língua oficial portuguesa. Neste domínio predominam os lançamentos de livros e eventos literários e as exposições e colóquios, para nomear alguns.

Por fim, o vetor da cooperação abrange projetos no âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento consonantes com as metas e objetivos estabelecidos na Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030. Decorrente da análise dos últimos relatórios publicados pela UCCLA (2015-2020), aferi que grande parte dos projetos implementados são de cariz bilateral, contradizendo a minha expectativa assente na natureza intermunicipal de natureza internacional da UCCLA. Analisei,

subsequentemente, os critérios de elegibilidade<sup>8</sup> aplicados aos projetos de cooperação para o desenvolvimento do Camões I.P., principal financiador, bem como o histórico de projetos selecionados pelo mesmo (2013-2021), com o intuito de perceber se é dada primazia a projetos desta natureza. De acordo com o meu entendimento, embora não o seja diretamente, e sem prejuízo do direito de iniciativa das ONGD, a coerência exigida com os objetivos das políticas de desenvolvimento dos países parceiros pode contribuir para que tal se verifique, na medida em que se teria de assegurar o alinhamento das prioridades e estratégias de desenvolvimento dos vários países envolvidos. Não obstante, e atentando com rigor ao contexto geoestratégico e geopolítico dos países de língua oficial portuguesa, procurámos formular um projeto multilateral – Metamarfose, que contribuísse para uma mudança de paradigma, procurando lograr da natureza institucional da UCCLA e colmatar, dessa forma, um dos desafios globais da atualidade.

Retomando a análise encetada, concluí ainda que os projetos desenvolvidos se encontram alinhados com a Agenda 2030 e contribuem na sua maioria para os demais objetivos: ODS 11 – Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis<sup>9</sup>; ODS 4 – Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos<sup>10</sup>; e ODS 17 – Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

O projeto Solução Participada para Plásticos Marítimos é precursor na sua contribuição para o ODS 14, e resultou do reconhecimento da importância do Oceano enquanto domínio estratégico de desenvolvimento sustentável, deveras relevante para o contexto lusófono.

---

<sup>8</sup> Foram analisados os critérios de âmbito estratégico, geográfico, setorial, organizacional, de execução geral e de execução orçamental dos projetos.

<sup>9</sup> São exemplos o Projeto de Formação Autárquica em Angola; o Projeto de Desenvolvimento de Energias Domésticas Sustentáveis na cidade de Bissau; e a Solução Participada para Plásticos Marítimos, para nomear alguns.

<sup>10</sup> Neste âmbito destacam-se o Projeto QUERO LER; o Projeto Dinamização das Bibliotecas Escolares e Plano Nacional de Leitura 2027 em Cabo Verde; e o Projeto Ler Maputo em Moçambique.

### ***3.2. Atividades Desenvolvidas***

O estágio decorreu na UCCLA, no departamento da Área Social entre 01 de março de 2022 e 31 de julho de 2022. As atividades foram desenvolvidas no quadro das geminações entre cidades e dinâmicas da cooperação descentralizada em matérias de valorização e conservação do Oceano – ODS 14, através de trabalho desenvolvido em dois projetos distintos - *Metamarfose* e *Solução Participada para Plásticos Marítimos*. O estágio teve como principais objetivos: conhecer a organização do ponto de vista histórico e na perspetiva da intervenção atual; desenvolver e consolidar competências relativas à gestão de ciclo do projeto e ao seu enquadramento legal; participar e elaborar documentos - Relatório de Execução de Projeto e a Proposta de Pequenos Projetos de Cooperação; e a integração e participação em atividades e eventos relevantes para as temáticas a tratar.

#### ***3.2.1. Projeto Solução Participada para Plásticos Marítimos***

O Projeto Solução Participada para Plásticos Marítimos em execução na Ilha de Moçambique, de fevereiro de 2021 a janeiro de 2023, contribui diretamente para o ODS11 e o ODS14, e visa a proteção e valorização dos ecossistemas marinhos, de cuja preservação dependem as principais atividades económicas locais. Assim sendo, tem como objetivo específico promover o desenvolvimento social, cultural e económico da população através da participação da sociedade civil na gestão sustentável dos plásticos, agregando valor e rendimento à recolha e aproveitamento de plásticos marítimos. Pretende-se que após o término do projeto, previsto para fevereiro de 2023, se tenham alcançado os demais resultados: aumento do rendimento das organizações da sociedade civil e comunidades através do seu envolvimento ativo na gestão de plásticos marítimos e na introdução de iniciativas económicas piloto de base comunitária; população mobilizada para a ação cívica, proteção do meio ambiente e valorização dos plásticos marítimos; e autoridades locais com capacidades reforçadas para definir e assegurar a aplicação de um plano de redução e recolha separada de resíduos plásticos para reciclagem.

O projeto pauta a sua atuação numa lógica de parcerias locais, fomentando a responsabilidade mútua desde a fase de identificação do problema à formulação e

implementação do projeto. Neste sentido, destacam-se a APETUR, a Oikos, o CAIRIM da Universidade Eduardo Mondlane, o Conselho Municipal da Ilha de Moçambique, a Ensaios e Diálogos Associação, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UniLúrio e a UCCLA, que une neste contexto esforços com a sua ONGD – URB-África destacando-se na coordenação geral e no reforço das capacidades do Município e sociedade no campo institucional, ambiental e educativo.

*a. Acompanhamento da elaboração do relatório de execução da fase I do projeto*

A URB-África / UCCLA, enquanto entidade responsável pela implementação, desenvolvimento, monitoria e avaliação do projeto, no quadro do cofinanciamento concedido pelo Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. aprovado no âmbito da candidatura de projetos de Cooperação para o Desenvolvimento de ONGD 2020, elaborou com a participação dos parceiros o relatório global da fase I.

Neste seguimento, e embora não estivesse inicialmente contemplado no plano de estágio, acompanhei a elaboração do relatório de execução da fase I, que integrou as seguintes rúbricas: breve descrição do projeto; cronograma de atividades; descrição das atividades realizadas em relação às previstas para o respetivo período de execução com a indicação do nível de realização das mesmas – realizado, não realizado, parcialmente realizado; descrição e análise dos resultados alcançados, face aos previstos; apresentação dos quadros de monitorização dos indicadores de desempenho propostos no que diz respeito às atividades e resultados; uma breve análise sobre a execução até à data do plano de trabalhos proposto; apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados; e recomendações para eventuais melhorias.

Concluiu-se que o projeto mantém o essencial da sua ação ao nível dos objetivos e resultados a alcançar, com a devida adequação temporal, existindo grande mobilização e motivação para a execução plena das atividades propostas na fase II, atualmente em curso. De ressaltar que a capacidade das organizações parceiras internacionais foi condicionada pela situação pandémica mundial, sendo expectável que os principais problemas tenham sido ultrapassados de forma consolidada na fase II com a colaboração dos parceiros locais e da coordenação geral para a melhoria da capacidade executiva.

### *b. Participação na Reunião do Conselho de Parceiros*

Nesta sequência, participei ainda como observadora numa das reuniões do Conselho de Parceiros que visou a apresentação e discussão do relatório de execução global da fase I e do plano de ação para o planeamento e execução da fase II, da qual resultou um reajustamento do cronograma de atividades de forma a mitigar os impactos da pandemia na implementação do projeto.

Por fim, embora o projeto tenha sido concebido com respeito pelos compromissos de parcerias estabelecidos na Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento, identifiquei algumas adversidades ao nível da harmonização entre parceiros, que colocam, inevitavelmente, desafios acrescidos à coordenação geral do projeto. Para que as anteriores sejam colmatas é oportuna a adoção de uma abordagem pragmática da divisão e partilha de tarefas que permita reforçar complementaridades e, por conseguinte, reunir as condições necessárias para o desenvolvimento da ação global proposta e alcance dos respetivos resultados.

### *3.2.2. Projeto Metamarfose*

Perante a conjuntura global e no seguimento do trabalho desenvolvido, a UCCLA entendeu ser relevante dinamizar um novo projeto multilateral - Metamarfose, assente numa visão comum de união pela lusofonia, que partiu do reconhecimento da importância da defesa e valorização dos ecossistemas marinhos e do seu papel como vetor de desenvolvimento sustentável. Inspirado nas culturas, geografias e identidades marítimas dos países de língua oficial portuguesa, o projeto pretende transformar os desafios globais no âmbito da conservação e gestão sustentável do Oceano em soluções colaborativas e participadas.

No quadro das geminações entre cidades e dinâmicas de cooperação descentralizada, o projeto propõe-se, através do envolvimento de governos, atores e comunidades locais, a contribuir para a criação de uma ação plural e sustentável com impacto em diversos eixos de intervenção, designadamente: no combate à poluição marinha; no incentivo a práticas de pesca sustentável; e na gestão dos ecossistemas marinhos e costeiros. Para tal fim, pretende constituir-se como uma plataforma participativa de diálogo que, através da partilha e intercâmbio de informação, integre a

multiplicidade de conhecimentos e boas práticas em curso nos vários municípios, e incite, com respeito pelos diversos contextos, o reconhecimento de complementaridades e a criação de ações em sinergia nas matérias elencadas.

*a. Gestão de Ciclo do Projeto – Identificação e Formulação*

No quadro da gestão de ciclo do projeto, as minhas principais funções estiverem diretamente relacionadas com a fase de identificação e formulação do mesmo nos termos do método do quadro lógico. Almejando assegurar a relevância, viabilidade e sustentabilidade do projeto, sob a devida orientação, realizei a análise do contexto; a identificação e análise das partes interessadas bem como dos seus interesses e motivações; a análise do problema; e a formulação dos objetivos a alcançar. As prévias análises traduziram-se na elaboração de um plano de atividades e de recursos a alocar, bem como na definição dos respetivos indicadores.

*b. Elaboração da Apresentação de Proposta de Pequenos Projetos*

Atentando às competências técnicas e equipamentos exigidos à implementação do projeto, intrinsecamente relacionados com as atividades previamente definidas, optámos por submeter uma candidatura a uma das linhas de cofinanciamento do Camões I.P. destinada a pequenos projetos de cooperação, pelo seu cariz e pequena dimensão em termos orçamentais. Neste seguimento, fiquei responsável pela elaboração do documento de proposta, que segue um modelo único e simplificado no qual constam, para além da ficha de identificação sumária<sup>11</sup> do projeto, três anexos: orçamento, calendário de atividades e enquadramento do projeto nos ODS.

*c. Análise de Stakeholders*

Aquando da fase de identificação e análise das partes interessadas, foi-me delegada primeiramente a responsabilidade de contactar todas as cidades membro da UCCLA e projetos relevantes nestas matérias, com o intuito de: averiguar as suas expectativas face ao projeto; identificar potencialidades de cooperação ou conflito; e

---

<sup>11</sup> A identificação sumária contempla as seguintes rúbricas: título do projeto; entidade proponente; país/região; ODS; setor; objetivo da intervenção; grupo-alvo; entidade executora; duração e calendário previsto; custo do projeto; plano de financiamento; e resumo do projeto.

investigar os respetivos papéis, diferentes interesses, poder relativo e capacidade para participarem no processo e operarem a mudança. A apropriação do projeto é um fator importante para a concretização dos seus objetivos e, por essa razão, o projeto depende largamente da participação das cidades, atores e comunidades locais. Esta metodologia não só foi assumida como a mais adequada neste domínio de ação, como é também inevitável para garantir os efeitos multiplicadores e a sustentabilidade do projeto, privilegiando desta forma a responsabilidade partilhada.

O projeto substancia a relevância dos governos locais no contexto global por serem a mais elementar e direta forma de representatividade das comunidades e pelo empenho e interesse demonstrados na construção de políticas e boas práticas respeitantes à valorização e gestão sustentável do Oceano. Assim sendo, contámos com o envolvimento de vários municípios<sup>12</sup> que se disponibilizaram de imediato para partilhar informação, desde metodologias a resultados, sobre o trabalho que têm vindo a desenvolver. Ao papel desempenhado pelos governos locais acresce a importância de envolver outros atores<sup>13</sup>, designadamente empresas públicas e privadas, associações, organizações não-governamentais (ONG) e instituições de ensino e formação, para nomear alguns.

No seguimento da lógica de apropriação e partilha de responsabilidades privilegiada, celebrámos o Dia Mundial do Oceano, dia 8 de junho, com a realização do primeiro encontro online entre os stakeholders, no qual assumi uma participação ativa na moderação do mesmo. Pretendeu-se agregar ações e vontades em parceria ampla através da partilha e intercâmbio de práticas e políticas desenvolvidas em matérias de conservação e gestão sustentável do Oceano. Esta iniciativa assinalou o início do diálogo e da partilha de conhecimentos entre as várias partes, cuja divulgação na plataforma permitirá comparar os vários contextos e, por acréscimo, identificar complementaridades que se possam traduzir em posteriores sinergias entre os vários atores.

---

<sup>12</sup> Câmara Municipal de Cascais, Câmara Municipal de Sintra, Câmara Municipal de Almada, Câmara Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de São Filipe, Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago, Conselho Municipal da Beira, Conselho Municipal de Maputo, Conselho Municipal da Inhambane e Governo Regional do Príncipe.

<sup>13</sup> Nesta esfera contámos com o envolvimento inicial dos seguintes projetos: Business as Nature; Lantuna; Economia Azul; Fundação Príncipe; Fundação Tartaruga; Biosfera Cabo Verde; EcoAngola; e Kitabanga.

### 3.2.3. Outras atividades

No decorrer do estágio tive ainda a oportunidade de assistir e participar em algumas iniciativas e eventos relevantes para os projetos que integrei, quer pelos conhecimentos transmitidos quer pelo *networking* envolvido. Este último, permitiu-me não só trocar impressões com uma plêiade de atores cujo trabalho incide sobre estas matérias, desde agentes governativos a ONG, como adquirir um melhor entendimento do seu papel enquanto agentes de mudança.

#### *a. Participação na 28.ª edição das Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental*

Decorreu, de 8 a 10 de abril, a 28.ª edição das Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental, em Almada, que contou com a participação da UCCLA. As jornadas foram promovidas pela Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA) com a coorganização e parceria estratégica da Câmara Municipal de Almada e do Instituto Politécnico Jean Piaget do Sul, e tiveram como tema central a “Educação Ambiental e Cultura Democrática<sup>14</sup>”. Incluem, anualmente, diversas conferências magistrais, comunicações orais, oficinas pedagógicas, apresentações literárias e saídas de campo com ações de intervenção. Neste contexto, integrei um dos painéis incluídos no 4.º eixo temático do encontro - “Educação Ambiental, como promotora da cultura democrática nas políticas públicas” e apresentei publicamente, em representação da UCCLA, o projeto *Metamarfose*.

#### *b. Participação no Fórum para o Investimento Sustentável na Economia Azul*

No âmbito da 2ª Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, coorganizada pelos Governos de Portugal e do Quênia, assisti ao Fórum para o Investimento Sustentável na Economia Azul, um evento especial que teve lugar no Centro de Congressos do Estoril, em Cascais, no dia 28 de junho de 2022. Importa destacar a pertinência do painel temático – “Da ação global à ação local: o papel dos governos locais no ODS 14 e na economia

---

<sup>14</sup> Os conteúdos a abordar distribuíram-se em quatro eixos temáticos: Eixo 1 - Educação Ambiental e participação social para a ação climática; Eixo 2 - Educação Ambiental como forma de alcançar um modelo de economia circular; Eixo 3 - Educação Ambiental e voluntariado ambiental para uma cultura de corresponsabilização; Eixo 4 - Educação Ambiental, como promotora da cultura democrática nas políticas públicas.

azul” para o desenvolvimento do projeto Metamarfose, por contar com a presença de vários atores governamentais representativos de diversos contextos.

*c. Participação no evento WOMEN 4OUR OCEAN*

Ainda no âmbito da Conferência dos Oceanos, assisti ao evento promovido pela *Business as Nature - WOMEN 4OUR OCEAN*, em parceria com o Ministério do Ambiente e Ação Climática, o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) e a Casa Comum da Humanidade, que contou ainda com o envolvimento da UCCLA e da CPLP. O evento decorreu no dia 30 de junho no Pavilhão de Portugal em Lisboa e pretendeu divulgar e enaltecer o papel das mulheres de língua portuguesa na sua relação com o Oceano e no papel que desempenham na sua preservação, proteção e regeneração. De salientar a participação e intervenção da diretora executiva da Fundação Príncipe<sup>15</sup>, Estrela Matilde, e da presidente da Associação dos Pequenos Empresários de Hotelaria e Turismo (APETUR)<sup>16</sup>, Amina Cássimo, ambas envolvidas no projeto Metamarfose.

*d. Participação no Programa de Especialização e Liderança em Economia Azul*

No seguimento de uma das parceria estabelecidas no âmbito do projeto Metamarfose, tive a oportunidade de integrar a 3ª edição do Programa de Especialização e Liderança em Economia Azul (PLEA) que decorreu em Lisboa, de 6 a 8 de julho. O programa é particularmente relevante para municípios, empresas públicas e privadas, gabinetes de estratégia, associações, ONG e instituições de ensino e formação. Alinhada simultaneamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com os modelos económicos circulares e regenerativos e com a moldura ESG (*Environment, Social e Governance*), a formação permitiu-me aprofundar o meu conhecimento relativo às potencialidades da Economia Azul para o desenvolvimento sustentável e, paralelamente,

---

<sup>15</sup> ONG local que trabalha em prol da conservação da biodiversidade e do desenvolvimento social e económico das comunidades da Ilha do Príncipe.

<sup>16</sup> Associação que promove de forma continuada palestras, ações de valorização do património natural local e limpezas de praia na Ilha de Moçambique. Já estabeleceu uma parceria pontual com a UCCLA / URB-África no sector da Educação e é atualmente uma das entidades parceiras no projeto Solução Participada para Plásticos Marítimos.

adquirir ferramentas e metodologias que se podem traduzir no aproveitamento económico, social e ambiental do Oceano e respetivos recursos de forma sustentável.

A importância da formação advém do reconhecimento da Economia Azul enquanto modelo de desenvolvimento sustentável, por integrar uma pluralidade de atividades económicas, tradicionais e emergentes, que embora enfrentem desafios associados à descarbonização, digitalização e circularidade apresentam simultaneamente inúmeras oportunidades de inovação, empreendedorismo e investimento, relevantes para os contextos considerados no projeto.

#### *3.2.4. Reflexões Finais*

Considerando o enquadramento teórico do presente relatório e as atividades concretizadas no contexto de estágio, segue-se, a título de conclusão, uma breve reflexão referente ao trabalho desenvolvido. A minha participação em diferentes projetos possibilitou-me entender de forma mais ampla o funcionamento e intervenção da UCCLA e, no seu somatório, consolidar e aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos no âmbito do mestrado, sobretudo no que respeita à elaboração, execução e avaliação de projetos de cooperação para o desenvolvimento.

Aprofundei, paralelamente, o meu entendimento relativo ao papel das instituições no processo de desenvolvimento sustentável dos territórios em que se inserem, bem como às condições necessárias ao processo de diversificação económica e transformação estrutural dos países considerados, assentes na exploração sustentável do Oceano. Neste contexto, desenvolvemos o projeto Metamarfose, que vem sublinhar a importância de explorar as oportunidades e desafios neste domínio, por se considerar essencial que a comunidade lusófona, pela sua posição geoestratégica, assuma o comando do vasto potencial dos seus recursos marinhos, procurando alavancar as suas economias de forma sustentável e, dessa forma, contribuir para a melhoria da qualidade de vida das suas populações.

Por fim, é de acautelar o apontamento feito pela Vereadora Joana Pinto Balsemão relativo aos desafios, do ponto de vista das autarquias locais, associados à implementação da plataforma Metamarfose enquanto ferramenta de partilha de conhecimentos. O projeto pressupõe a disponibilização de informação através do preenchimento de uma matriz

única de forma a assegurar a coerência aquando da sua divulgação, porém, se por um lado o formulário deve ser claro e conciso de forma a simplificar o seu preenchimento, por outro, deve exigir o detalhe suficiente de forma a garantir que os processos e metodologias partilhados possam ser replicados.

## 4. CONCLUSÃO

Os países de língua oficial portuguesa foram presenteados pelas dinâmicas do contexto com a oportunidade de reavaliar o seu processo de transformação através da adoção de uma estratégia de desenvolvimento azul. Com enfoque na capitalização da riqueza natural e vantagem geoestratégica que a caracteriza, a comunidade lusófona deve embarcar numa trajetória de desenvolvimento focada na exploração sustentável dos seus recursos naturais marinhos (Lopes, 2020). Esta estratégia insere-se num objetivo maior de difusão da narrativa lusófona e aprofundamento da sua relação com a comunidade global, na qual a primeira deve de assumir um protagonismo crescente.

Perspetiva-se que a implementação de políticas coordenadas entre os vários governos contribua expressivamente para a materialização das potencialidades elencadas e para a conseqüente melhoria da qualidade de vida das populações. Neste sentido, a proliferação da cooperação descentralizada enquanto instrumento de desenvolvimento e o crescente protagonismo das cidades no panorama global, resultante do aprofundamento das redes de interdependência e da descentralização de responsabilidades, pode alavancar o desenvolvimento sustentável almejado. Contudo, importa reconhecer as limitações decorrentes dos processos mencionados por poderem condicionar o poder de intervenção das mesmas neste domínio.

Fruto deste enquadramento, desenvolvemos, no âmbito do estágio, um projeto que visa fomentar a colaboração entre as cidades membro da UCCLA e elevar a sua participação no quadro internacional da agenda do Oceano, procurando promover uma cultura de proteção e valorização dos seus recursos com incentivo a uma ação plural entre governos e comunidades locais. Para tal fim, almeja-se o alcance dos seguintes resultados: conhecimentos, experiências e boas práticas partilhados entre as cidades; e autoridades locais com capacidades reforçadas para definir e implementar políticas e ações que contribuam para a proteção e gestão sustentável do Oceano.

A título de complementaridade, foi simultaneamente desenvolvido um conjunto de atividades associadas às prévias matérias que me permitiram consolidar conhecimentos teóricos e adquirir competências práticas, sobretudo no que diz respeito à elaboração, execução e avaliação de projetos de cooperação para o desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, M. (1998). *Cooperação descentralizada: o caso dos municípios portugueses*. Lisboa: CIDAC.
- Akpomera, E. (2020). Africa's Blue Economy: potentials and challenges for more locally beneficial development. *Review of African Political Economy*, 47 (166), 651-661.
- Alves, M. (1996). *As ONG na Política Comunitária de Cooperação para o Desenvolvimento*. Lisboa: CIDAC.
- Biermann, F., Kanie, N., & Kim, R. E. (2017). Global governance by goal-setting: the novel approach of the UN Sustainable Development Goals. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 26-27, 26-31.
- Fukuda-Parr, S. (2016). From the Millennium Development Goals to the Sustainable Development Goals: shifts in purpose, concept, and politics of global goal setting for development, *Gender & Development*, 24 (1), 43-52.
- Gilau, A. M. & Failler, P. (2020). Economic assessment of sustainable blue energy and marine mining resources linked to African Large Marine Ecosystems. *Environmental Development*, 36: 100548.
- Hafteck, P. (2003). An introduction to decentralized cooperation: Definitions, origins and conceptual mapping. *Public Administration and Development* 23 (4), 333-345.
- Hardin, G. (1968). The Tragedy of the Commons. *Science, New Series*, 162 (3859), 1243-1248.
- Lopes, C. (2020). “Adaptar-se às alterações climáticas”. Em *África em Transformação: Desenvolvimento económico na era da dúvida*. 1ª Edição, Tinta da China, Lisboa, 161-176.

- OECD (2018). *Reshaping Decentralised Development Co-operation: The Key Role of Cities and Regions for the 2030 Agenda*. OECD, Paris. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264302914-en>
- Ostrom, E., Burger, J., Field, C.B., Norgaard, R.B., & Policansky, D. (1999). Revisiting the Commons: Local Lessons, Global Challenges. *Science, New Series*, 284 (5412), 278-282.
- Rustomjee, C. (2018). Green Shoots for the African Blue Economy. *Centre for International Governance Innovation*, Policy Brief No. 132.
- Sacko, J.L.C. (2020). Africa moves towards the blue economy through ecosystem-based assessment and management practices in African Large Marine Ecosystems. *Environmental Development*, 36:100575.